

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 2.^a Fase | Ensino Secundário | 2023

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho | Decreto-Lei n.º 22/2023, de 3 de abril

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

8 Páginas

VERSÃO 1

A prova inclui 12 itens, devidamente identificados no enunciado, cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final. Dos restantes 6 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

Indique de forma legível a versão da prova.

Para cada resposta, identifique o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

1. Suponha que as conclusões de dois argumentos não podem ser conjuntamente verdadeiras.

Nesse caso,

- (A) os argumentos podem ser ambos sólidos, mas não podem ser ambos válidos.
- (B) nenhum dos argumentos pode ser sólido.
- (C) apenas um dos argumentos pode ser válido.
- (D) os argumentos não podem ser ambos sólidos, mas podem ser ambos válidos.

2. Suponha que alguém apresentava o argumento seguinte.

Um pastor leva o seu rebanho aos melhores pastos, mas deixa as ovelhas comer sozinhas. Ora, um professor é como um pastor. Daí que o seu papel seja indicar as melhores fontes de informação aos alunos e, depois, deixá-los aprender sozinhos.

Este seria um argumento

- (A) por analogia, apresentado para tentar defender que há semelhanças relevantes entre um professor e um pastor.
- (B) por analogia, apresentado para tentar defender que os professores devem deixar os alunos aprender sozinhos a partir da informação dada.
- (C) indutivo, apresentado para tentar defender que há semelhanças relevantes entre um professor e um pastor.
- (D) indutivo, apresentado para tentar defender que os professores devem deixar os alunos aprender sozinhos a partir da informação dada.

3. Considere o argumento seguinte.

Se Rawls, um filósofo americano, se opôs à guerra do seu país contra o Vietname, então ele opôs-se à política externa do seu país e, neste caso, não há dúvidas de que era um antipatriota. Mas, se ele era um antipatriota, a sua teoria da justiça é totalmente errada. Ora, uma vez que Rawls protestou contra a guerra do Vietname, temos de reconhecer que a sua teoria da justiça é totalmente errada.

Quem apresentasse o argumento anterior, incorreria nas falácias

- (A) da generalização precipitada e *ad hominem*.
- (B) da derrapagem e *ad hominem*.
- (C) da generalização precipitada e do apelo à ignorância.
- (D) da derrapagem e do apelo à ignorância.

* 4. A resposta dos deterministas moderados ao problema do livre-arbítrio distingue-se das outras respostas por incluir a tese seguinte.

- (A) Nem sempre as ações são determinadas.
- (B) Há lugar no mundo para o livre-arbítrio.
- (C) Uma ação só é livre se não for causada.
- (D) Há ações que são determinadas e livres.

* 5. Selecione a opção que refere definições de arte de acordo com as quais a intenção do artista ao produzir um dado objeto é indispensável para que esse objeto seja arte.

- (A) Definições expressivista e formalista.
- (B) Definições expressivista e histórica.
- (C) Definições institucional e histórica.
- (D) Definições institucional e formalista.

6. Admitir a existência do artista isolado, que cria solitariamente arte que só ele conhece, é incompatível com a perspectiva

- (A) representacional da arte, pois mais ninguém poderia saber o que representam as obras desse artista.
- (B) histórica da arte, pois tal artista não faria parte da história da arte.
- (C) institucional da arte, pois tal artista não faria parte do mundo da arte.
- (D) formalista da arte, pois mais ninguém sentiria emoção estética perante as obras desse artista.

* 7. Selecione a opção que apresenta uma premissa do argumento cosmológico a favor da existência de Deus.

- (A) Todas as coisas existentes no mundo têm uma causa diferente delas próprias.
- (B) A complexidade do cosmos só pode ter tido origem numa inteligência superior.
- (C) A existência de Deus não pode ser explicada.
- (D) Deus criou o universo e tudo o que nele existe.

8. Leia o texto seguinte.

Santo Agostinho observou que, se nada de mau acontecesse alguma vez, não poderíamos conhecer e apreciar o bem. [...] Logicamente, na ausência do conceito de mal, não poderia haver uma conceção do bem. [...] Além disso, psicologicamente, se nunca sofrêssemos, tomaríamos as coisas boas por garantidas e não desfrutaríamos tanto delas. [...]

No entanto, mesmo que isto seja verdade, explica apenas por que razão Deus poderia permitir a existência de algum mal. De facto, podemos precisar que nos aconteçam algumas coisas más de vez em quando, apenas para não nos esquecermos de que somos tão afortunados. Mas isto não explica por que razão há tanto mal no mundo.

J. Rachels, *Problemas da Filosofia*, Lisboa, Gradiva, 2009, p. 60. (Texto adaptado)

De acordo com o texto, o problema do mal decorre de

- (A) haver no mundo uma excessiva quantidade de mal.
- (B) o mal ser fonte de sofrimento psicológico, além de físico.
- (C) o mal ser incompatível com o livre-arbítrio.
- (D) haver no mundo mal natural, além de mal moral.

* 9. Segundo Kuhn, a substituição de um paradigma científico por outro tem na sua origem

- (A) a súbita perda de confiança nos critérios padronizados de avaliação das teorias científicas.
- (B) o consenso em torno das novas teorias.
- (C) a procura deliberada de observações que o paradigma vigente não consegue explicar.
- (D) a acumulação de anomalias persistentes.

10. A frase «dois quilogramas de algodão pesam exatamente o mesmo que dois quilogramas de chumbo» exprime uma proposição que, por ser

- (A) *a priori*, é empiricamente infalsificável.
- (B) *a posteriori*, é empiricamente falsificável.
- (C) universal, é empiricamente falsificável.
- (D) particular, é empiricamente infalsificável.

* 11. Atente no argumento seguinte.

Francisco Sanches não nasceu na Itália, dado ter nascido em Braga ou em Tui; e é evidente que, se nasceu em Braga ou em Tui, não nasceu na Itália.

Mostre que o argumento é válido, recorrendo às regras de inferência estudadas.

Na sua resposta, deve:

- identificar as premissas e a conclusão do argumento;
- formalizar o argumento, começando por indicar o dicionário utilizado;
- indicar a regra de inferência usada para chegar à conclusão.

* 12. Considere a conjunção seguinte.

A justificação assegura a verdade das crenças e o conhecimento fornece certezas.

Suponha que tem boas razões para discordar da conjunção anterior e que, por isso, pretende negá-la.

Nesse caso, terá de defender que nem a justificação assegura a verdade das crenças nem o conhecimento fornece certezas? Justifique a sua resposta.

* 13. Considere o texto seguinte.

A piedade é um sentimento natural [...]. É ela que nos leva a socorrer, sem pensar duas vezes, as pessoas que vemos em sofrimento [...]. É ela que, no lugar da máxima [...] *Faz aos outros o que gostarias que te fizessem a ti*, inspira a todos os seres humanos esta outra máxima de bondade natural, bem menos perfeita, mas talvez mais útil do que a anterior: *Faz o que é bom para ti provocando o menor mal possível a outrem*. É, em suma, neste sentimento natural, mais do que em argumentos subtis, que é preciso procurar a causa da repugnância que qualquer ser humano sentiria ao praticar o mal, independentemente das máximas que lhe moldaram a educação.

J.-J. Rousseau, *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Lisboa, Penguin, 2021, pp. 54-55. (Texto adaptado)

O autor do texto defende que a máxima de que *cada um deve fazer o que é bom para si provocando o menor mal possível a outrem* não é afetada por variações pessoais nem culturais.

Como é que o autor justifica a sua posição?

14. Leia o texto seguinte.

A justiça é um nome para certas exigências morais que, consideradas coletivamente, ocupam um lugar mais elevado na escala da utilidade [...] do que quaisquer outras, ainda que possam ocorrer casos particulares em que outro dever social é tão importante que passa por cima das máximas gerais da justiça. Assim, para salvar uma vida, pode não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever, roubar ou tirar à força a comida ou os medicamentos necessários, ou raptar e forçar a trabalhar o único médico qualificado. Nesses casos, [...] dizemos geralmente, não que a justiça tem de dar lugar a outro princípio moral, mas que, devido a esse outro princípio, aquilo que é justo nos casos comuns não é justo neste caso particular.

J. S. Mill, *Utilitarismo*, Porto, Porto Editora, 2005, p. 104.

- * 14.1. Explícite as razões que, de acordo com o texto, justificam que um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever».

Na sua resposta, integre informação do texto.

- * 14.2. Concorda com a ideia segundo a qual um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever»?

Na sua resposta, deve:

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

15. Atente nos dois textos seguintes, A e B, um dos quais foi escrito por Descartes e o outro por Hume.

Texto A

Mesmo que fosse verdade que o meu conhecimento aumenta gradualmente e que há em mim [potencialmente] muitas coisas, [...] nenhuma delas pertence à ideia de Deus. [...] Na verdade, que o meu conhecimento aumente gradualmente é prova certíssima de imperfeição. Além disso, ainda que o meu conhecimento aumentasse sempre mais e mais, nunca o concebo por isso como sendo infinito [...], porque nunca chegará ao ponto de não ser sempre capaz de maior acrescentamento. Mas eu afirmo que Deus é infinito [...], que nada se pode acrescentar à sua perfeição.

Texto B

Quando analisamos os nossos pensamentos ou ideias, por mais complexos ou sublimes que possam ser, sempre constatamos que eles se decompõem em ideias simples, copiadas de alguma sensação ou sentimento precedente. [...] A ideia de Deus, no sentido de um *Ser infinitamente inteligente, sábio e bondoso*, deriva da reflexão sobre as operações da nossa própria mente e de aumentar sem limites aquelas qualidades de bondade e sabedoria.

* 15.1. Identifique o autor do texto A e o autor do texto B, justificando, com base nos textos, as identificações feitas.

* 15.2. Justifique que um dos textos contém uma premissa de um argumento a favor da existência de Deus.

* 16. De acordo com Rawls, os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas, sendo protegidos pelo primeiro princípio de justiça, têm de ser respeitados pelos governos democraticamente eleitos.

Considera que a promoção da utilidade geral seria uma justificação suficiente para um governo limitar direitos e liberdades fundamentais?

Na sua resposta, deve:

- clarificar o problema proposto;
- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

FIM

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	4.	5.	7.	9.	11.	12.	13.	14.1.	14.2.	15.1.	15.2.	16.	Subtotal
Cotação (em pontos)	11	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14	14	156
Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	1.	2.	3.	6.	8.	10.	Subtotal						
Cotação (em pontos)	4 x 11 pontos						44						
TOTAL							200						

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2023

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho | Decreto-Lei n.º 22/2023, de 3 de abril

Entrelinha 1,5 sem figuras

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

9 Páginas

VERSÃO 1

A prova inclui 12 itens, devidamente identificados no enunciado, cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final. Dos restantes 6 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

Indique de forma legível a versão da prova.

Para cada resposta, identifique o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

1. Suponha que as conclusões de dois argumentos não podem ser conjuntamente verdadeiras.

Nesse caso,

- a) os argumentos podem ser ambos sólidos, mas não podem ser ambos válidos.
- b) nenhum dos argumentos pode ser sólido.
- c) apenas um dos argumentos pode ser válido.
- d) os argumentos não podem ser ambos sólidos, mas podem ser ambos válidos.

2. Suponha que alguém apresentava o argumento seguinte.

Um pastor leva o seu rebanho aos melhores pastos, mas deixa as ovelhas comer sozinhas. Ora, um professor é como um pastor. Daí que o seu papel seja indicar as melhores fontes de informação aos alunos e, depois, deixá-los aprender sozinhos.

Este seria um argumento

- a) por analogia, apresentado para tentar defender que há semelhanças relevantes entre um professor e um pastor.
- b) por analogia, apresentado para tentar defender que os professores devem deixar os alunos aprender sozinhos a partir da informação dada.
- c) indutivo, apresentado para tentar defender que há semelhanças relevantes entre um professor e um pastor.
- d) indutivo, apresentado para tentar defender que os professores devem deixar os alunos aprender sozinhos a partir da informação dada.

3. Considere o argumento seguinte.

Se Rawls, um filósofo americano, se opôs à guerra do seu país contra o Vietname, então ele opôs-se à política externa do seu país e, neste caso, não há dúvidas de que era um antipatriota. Mas, se ele era um antipatriota, a sua teoria da justiça é totalmente errada. Ora, uma vez que Rawls protestou contra a guerra do Vietname, temos de reconhecer que a sua teoria da justiça é totalmente errada.

Quem apresentasse o argumento anterior, incorreria nas falácias

- a) da generalização precipitada e ad hominem.
- b) da derrapagem e ad hominem.
- c) da generalização precipitada e do apelo à ignorância.
- d) da derrapagem e do apelo à ignorância.

Item obrigatório

4. A resposta dos deterministas moderados ao problema do livre-arbítrio distingue-se das outras respostas por incluir a tese seguinte.
- a) Nem sempre as ações são determinadas.
 - b) Há lugar no mundo para o livre-arbítrio.
 - c) Uma ação só é livre se não for causada.
 - d) Há ações que são determinadas e livres.

Item obrigatório

5. Selecione a opção que refere definições de arte de acordo com as quais a intenção do artista ao produzir um dado objeto é indispensável para que esse objeto seja arte.
- a) Definições expressivista e formalista.
 - b) Definições expressivista e histórica.
 - c) Definições institucional e histórica.
 - d) Definições institucional e formalista.
6. Admitir a existência do artista isolado, que cria solitariamente arte que só ele conhece, é incompatível com a perspectiva
- a) representacional da arte, pois mais ninguém poderia saber o que representam as obras desse artista.
 - b) histórica da arte, pois tal artista não faria parte da história da arte.
 - c) institucional da arte, pois tal artista não faria parte do mundo da arte.
 - d) formalista da arte, pois mais ninguém sentiria emoção estética perante as obras desse artista.

Item obrigatório

7. Selecione a opção que apresenta uma premissa do argumento cosmológico a favor da existência de Deus.
- a) Todas as coisas existentes no mundo têm uma causa diferente delas próprias.
 - b) A complexidade do cosmos só pode ter tido origem numa inteligência superior.
 - c) A existência de Deus não pode ser explicada.
 - d) Deus criou o universo e tudo o que nele existe.

8. Leia o texto seguinte.

Santo Agostinho observou que, se nada de mau acontecesse alguma vez, não poderíamos conhecer e apreciar o bem. Logicamente, na ausência do conceito de mal, não poderia haver uma conceção do bem. Além disso, psicologicamente, se nunca sofrêssemos, tomaríamos as coisas boas por garantidas e não desfrutaríamos tanto delas.

No entanto, mesmo que isto seja verdade, explica apenas por que razão Deus poderia permitir a existência de algum mal. De facto, podemos precisar que nos aconteçam algumas coisas más de vez em quando, apenas para não nos esquecermos de que somos tão afortunados. Mas isto não explica por que razão há tanto mal no mundo.

De acordo com o texto, o problema do mal decorre de

- a) haver no mundo uma excessiva quantidade de mal.
- b) o mal ser fonte de sofrimento psicológico, além de físico.
- c) o mal ser incompatível com o livre-arbítrio.
- d) haver no mundo mal natural, além de mal moral.

Item obrigatório

9. Segundo Kuhn, a substituição de um paradigma científico por outro tem na sua origem

- a) a súbita perda de confiança nos critérios padronizados de avaliação das teorias científicas.
- b) o consenso em torno das novas teorias.
- c) a procura deliberada de observações que o paradigma vigente não consegue explicar.
- d) a acumulação de anomalias persistentes.

10. A frase «dois quilogramas de algodão pesam exatamente o mesmo que dois quilogramas de chumbo» exprime uma proposição que, por ser

- a) a priori, é empiricamente infalsificável.
- b) a posteriori, é empiricamente falsificável.
- c) universal, é empiricamente falsificável.
- d) particular, é empiricamente infalsificável.

Item obrigatório

11. Atente no argumento seguinte.

Francisco Sanches não nasceu na Itália, dado ter nascido em Braga ou em Tui; e é evidente que, se nasceu em Braga ou em Tui, não nasceu na Itália.

Mostre que o argumento é válido, recorrendo às regras de inferência estudadas.

Na sua resposta, deve:

- identificar as premissas e a conclusão do argumento;
- formalizar o argumento, começando por indicar o dicionário utilizado;
- indicar a regra de inferência usada para chegar à conclusão.

Item obrigatório

12. Considere a conjunção seguinte.

A justificação assegura a verdade das crenças e o conhecimento fornece certezas.

Suponha que tem boas razões para discordar da conjunção anterior e que, por isso, pretende negá-la.

Nesse caso, terá de defender que nem a justificação assegura a verdade das crenças nem o conhecimento fornece certezas? Justifique a sua resposta.

Item obrigatório

13. Considere o texto seguinte.

A piedade é um sentimento natural. É ela que nos leva a socorrer, sem pensar duas vezes, as pessoas que vemos em sofrimento. É ela que, no lugar da máxima «Faz aos outros o que gostarias que te fizessem a ti», inspira a todos os seres humanos esta outra máxima de bondade natural, bem menos perfeita, mas talvez mais útil do que a anterior: «Faz o que é bom para ti provocando o menor mal possível a outrem». É, em suma, neste sentimento natural, mais do que em argumentos subtis, que é preciso procurar a causa da repugnância que qualquer ser humano sentiria ao praticar o mal, independentemente das máximas que lhe moldaram a educação.

O autor do texto defende que a máxima de que «cada um deve fazer o que é bom para si provocando o menor mal possível a outrem» não é afetada por variações pessoais nem culturais.

Como é que o autor justifica a sua posição?

14. Leia o texto seguinte de Mill.

A justiça é um nome para certas exigências morais que, consideradas coletivamente, ocupam um lugar mais elevado na escala da utilidade do que quaisquer outras, ainda que possam ocorrer casos particulares em que outro dever social é tão importante que passa por cima das máximas gerais da justiça. Assim, para salvar uma vida, pode não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever, roubar ou tirar à força a comida ou os medicamentos necessários, ou raptar e forçar a trabalhar o único médico qualificado. Nesses casos, dizemos geralmente, não que a justiça tem de dar lugar a outro princípio moral, mas que, devido a esse outro princípio, aquilo que é justo nos casos comuns não é justo neste caso particular.

Item obrigatório

14.1. Explícite as razões que, de acordo com o texto, justificam que um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever».

Na sua resposta, integre informação do texto.

Item obrigatório

14.2. Concorda com a ideia segundo a qual um ato habitualmente tido por injusto possa «não só ser admissível, mas constituir mesmo um dever»?

Na sua resposta, deve:

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

15. Atente nos dois textos seguintes, A e B, um dos quais foi escrito por Descartes e o outro por Hume.

Texto A

Mesmo que fosse verdade que o meu conhecimento aumenta gradualmente e que há em mim [potencialmente] muitas coisas, nenhuma delas pertence à ideia de Deus. Na verdade, que o meu conhecimento aumente gradualmente é prova certíssima de imperfeição. Além disso, ainda que o meu conhecimento aumentasse sempre mais e mais, nunca o concebo por isso como sendo infinito, porque nunca chegará ao ponto de não ser sempre capaz de maior acrescentamento. Mas eu afirmo que Deus é infinito, que nada se pode acrescentar à sua perfeição.

Texto B

Quando analisamos os nossos pensamentos ou ideias, por mais complexos ou sublimes que possam ser, sempre constatamos que eles se decompõem em ideias simples, copiadas de alguma sensação ou sentimento precedente. A ideia de Deus, no sentido de um «Ser infinitamente inteligente, sábio e bondoso», deriva da reflexão sobre as operações da nossa própria mente e de aumentar sem limites aquelas qualidades de bondade e sabedoria.

Item obrigatório

15.1. Identifique o autor do texto A e o autor do texto B, justificando, com base nos textos, as identificações feitas.

Item obrigatório

15.2. Justifique que um dos textos contém uma premissa de um argumento a favor da existência de Deus.

Item obrigatório

16. De acordo com Rawls, os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas, sendo protegidos pelo primeiro princípio de justiça, têm de ser respeitados pelos governos democraticamente eleitos.

Considera que a promoção da utilidade geral seria uma justificação suficiente para um governo limitar direitos e liberdades fundamentais?

Na sua resposta, deve:

- clarificar o problema proposto;
- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

FIM

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens contribuem obrigatoriamente para a classificação final da prova.

4.	11 pontos
5.	11 pontos
7.	11 pontos
9.	11 pontos
11.	14 pontos
12.	14 pontos
13.	14 pontos
14.1.	14 pontos
14.2.	14 pontos
15.1.	14 pontos
15.2.	14 pontos
16.	14 pontos
<hr/>	
Subtotal	156 pontos

Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor classificação.

1.	11 pontos
2.	11 pontos
3.	11 pontos
6.	11 pontos
8.	11 pontos
10.	11 pontos
<hr/>	
Subtotal	44 pontos
<hr/>	
TOTAL	200 pontos